ATA DE REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DO IMPAR

Aos seis dias do mês de agosto de dois mil e vinte cinco, às nove horas e quinze minutos, antecipadamente convocados pelo Ofício CD nº 11/2025, reuniram-se os membros do Conselho de Administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Araguaína-TO na sede do Instituto para tratar sobre a seguinte pauta de reunião ordinária: *Apresentação da ALM/2025*. Estavam presentes os Conselheiros Deliberativos Titulares: Carlos Murad (Presidente), Sr. Manoel Fabiano de O. Ricarte, Sra. Monike da Silva Oliveira, Sr. Gilson Cutrim, Sra. Maria Aparecida e Sr. Allen Kardec. Como convidados estava presente o Sr. João Pedro Miranda dos Reis – Secretário Executivo Financeiro; Sr. Osanan Moura dos Santos – Secretário Executivo Administrativo; Sr. Keslon Borges do Comitê de Investimentos; Dr. Lucas procurador do IMPAR e o Sr. Marcos Almeida da LDB Empresas. A reunião foi aberta e passou-se a palavra ao Sr. Marcos Almeida para a apresentação da ALM/2025; diz que o estudo de ALM tem a função de atingimento de objetivos minimizando os riscos existentes nos processos decisório de alocação, riscos estes que devem ser observados: risco operacionais, de crédito, de solvência e demais, portanto, minimizar os riscos objetivando o atingimento da necessidade, que no caso é a taxa estabelecida na política de investimento, de modo que os ativos andem de acordo com os passivos, em geral a meta de rentabilidade e meta atuarial; diz que a sigla ALM é *Asset Liability Management*, onde o *Asset* traz informações do ativo, *Liability* traz informações do passivo e o *Management* é o gerenciamento, onde se pretende monitorar os objetivos e minimizar os riscos existentes, baseado em dados existentes e modelos estatísticos utilizados e explicando a importância do estudo no âmbito do gerenciamento de um instituto de previdência; disse que o estudo auxilia a fundamentar as aplicações financeiras que é uma das exigências do Ministério. Marcos fez uma ampla explanação sobre o cenário macroeconômico atual, buscando reflexões na taxa de juros real praticadas desde 2018, baseando-se nas taxas pagas pelas NTN-Bs, em cenários de segundo turno de eleições, pandemia, guerras e mostrando uma taxa de juros real projetada para nove anos bem mais alta; trouxe informações do Boletim Focus do Banco Central sobre os indicadores, mostrando dados de IPCA, IGPM, SELIC, bem como mostrou os valores de mercado de NTN-Bs datado de 18/07/25, mostrando oportunidades de boas taxas de juros pagos aos títulos desde 2027 a 2040; mostrou parte da Port. 1467 sobre os requisitos para a compra direta de títulos e os conceitos de títulos marcados à curva e à mercado. Monike pergunta à João Pedro sobre se o Instituto havia cobrado a Prefeitura para enviar projeto de lei para adequar a alíquota suplementar atual à na nova alíquota calculada da

Reavaliação Atuarial de 2025. João Pedro informou que no mesmo dia que a Reavaliação Atuarial ficou pronta eles informaram ao Executivo à necessidade de alteração. Dr. Lucas Procurador do IMPAR, informou que está tomando as medidas necessárias para o Executivo pagar os valores das alíquotas suplementares não pagas, de modo que não seja via judicia, mas para condenar e obrigar a pagar um valor líquido, dando um prazo. Monike disse que não se referia à atual dívida, mas as alíquotas novas constantes na Reavaliação Atuarial de 2025. Dr. Lucas questionou se o percentual das alíquotas poderia ser ajustado para incluir a dívida das alíquotas não pagas. Monike disse achava que essa dívida já estava incluída na reavaliação atuarial, mas precisava que o atuário confirmasse a informação; bem como disse que acreditava que a dívida poderia ser embutida no novo percentual da alíquota suplementar a ser aprovada, entretanto disse que essas informações necessitam ser verificadas corretamente. Allen disse que se a dívida estiver incluída bastaria entrar com um pedido de desistência da ação judicial. Monike disse que independente da dívida, a nova alíquota suplementar deve ser ajustada em lei, pois quanto mais demora, mais a dívida aumenta. Allen disse que o Executivo precisa entender que o custo previdenciário existe, havendo a necessidade da inclusão disso na LDO. João Pedro lembrou que pela legislação o custo normal da patronal não pode ser superior ao dobro da contribuição do servidor. Retornando à apresentação do ALM, Marcos analisa que o momento atual é a alta da curva de juros, que agora está em seu topo, o que de agora em diante, a tendência é de redução; reforçou a importância da ALM para redução dos riscos; ressaltou que em relação às alocações há cinco grandes grupos de aplicações permitidas pela legislação, renda fixa, renda variável, exterior, estruturados e fundos imobiliários; disse que a ALM passa por uma análise de cenário econômico, projeções de passivos e a otimização do ativo, analisando a correlação entre os diferentes tipos de ativos para que uma turbulência não afete de maneira igual todos os ativos de uma vez, mas se utilizar da diversificação para minimizar os riscos existentes; disse que a pelas análises da carteira do IMPAR, até o ano de 2032 o fluxo de entrada conseguirá compensar o fluxo de saída e só a partir de então consumirá dos recursos do IMPAR; disse que o modelo alocação ótima segundo Markowitz construído para o Instituto, prevê alocação do total do recurso em SELIC/DI de 13,69%, IMA-B 59,76%, Fundo de Ações 6,55%, Fundo de Ações BDR Nível 1 10% e Fundos Multimercado de 10%; disse que o modelo prevê SELIC/DI em 13,69% e a alocação atual está em 67,24%, o modelo prevê IMA-B em 59,76% e a alocação atual é de 30,32%; disse que de fato esse percentual em CDI traz tranquilidade momentânea na carteira "jogando a favor" do Instituto, mas se isso será até 2035, e que a nível de reinvestimento isso não é interessante e a aplicação em IMA-B traz uma certa blindagem na carteira; disse que em relação à Fundo de Investimentos em Ação, o modelo prevê aplicação de 6,55% da carteira, sendo que

atualmente há 0 % (zero por cento) nessa estratégia; para Fundo de Ações BDR Nível 1 modelo prevê 10% de alocação enquanto alocação atual está em zero e Investimentos Estruturados alocação modelo prevê 10% e alocação atual está em 2,44% necessitando a revisão dos limites de aplicação mínimo e máximo da política de investimentos; disse que o modelo não prevê nenhum percentual em Fundos Imobiliários e que a carteira atual também está zerada; disse que a ALM mostra um redesenho a carteira baseado nos dados do IMPAR e no modelo utilizado. Monike pergunta sobre os outros modelos desenhados além do modelo 5 mostrado. Marcos diz que foram construído cerca de 15 modelos, mas o modelo 5 é o modelo ótimo, que correlaciona risco e retorno, onde não se deve correr muito risco nem pouco risco, bem como baixa e alta rentabilidade, mas conciliar esses fatores e trazer o cumprimento dos objetivos, levando em consideração todo o histórico econômico. Allen parabeniza a comparação feita na ALM sobre do cenário atual e do modelo proposto de alocação, mostrando onde o Instituto está e para onde deve ir; disse que já tinha observado e pontuado isso nas reuniões do Instituto, onde existe uma alta concentração em renda fixa do IMPAR e a necessidade de alocação em bolsa americana, pois o mercado é cíclico, devendo aproveitar as baixas do mercado e estar seguro que essas aplicações é a longo prazo; disse que é válido o Comitê de Investimentos fazer a análise do diagnóstico apresentado na ALM. Marcos disse que o cenário atual não é ruim, mas é momentâneo e o modelo proposto está já é algo que o Instituto já faz, e está alinhando com os propósitos de alcance; disse que a bolsa americanas há tempos está performando e continuar a performar; disse que no próximo ano serão outros cenários econômicos novo e ALM será necessário para ajustar as estratégias. Keslon disse que acha interessante o modelo de Markowitz a nível de pessoa física, mas a nível de Instituto de Previdência, ele acredita que não deve ser utilizado à risca, pois o modelo não usa o dinamismo político e há a preocupação sobre todos os riscos, principalmente de liquidez; diz isso pois os últimos 05 gestores do Município não tiveram muita responsabilidade fiscal no que diz respeito a alocação de recursos em relação aos servidores públicos, pois há cerca de 70% de servidores contratados o que deixa de ser uma fonte de renda ao Instituto, e isso acaba comprometendo a solvência do Instituto, pois a quantidade de aposentados cresceu em relação aos servidores concursados que ingressaram; ressaltou que o estudo é interessante para saber até onde vai o "fôlego" do Instituto; disse que acha importante a aplicação dos percentuais de NTN-Bs, mas com certo receio de até onde o Instituto consegue essa liquidez, pois a falta de liquidez afetará a todos tantos os servidores quanto à população, pois o município terá que aportar altos valores para garantir os pagamentos; disse que o estudo de ALM serve como balizador para tomar as decisões e que será feito com cautela e de forma gradativa para não estar comprometendo a liquidez do Instituto. Marco disse que essa é a intenção, trazer proteção e que os

dados informados da reavaliação atuarial devem refletir a realidade; disse que a intenção da ALM é dar direcionamento e não ser um engessamento do que deve ser feito. João Pedro disse que tudo depende da Gestão, pois hoje o Instituto está com 3,24 contribuintes por aposentado quando o equilíbrio seria 6 pra 1, pois não adianta o investimento com proteção se não houver se não tiver a parte da Gestão para ter mais pessoas contribuindo. Marco disse que o próprio Instituto é quem conhece seus desafios e a ALM está para subsidiar as decisões; disse que a ALM não necessita ser lançado no CADPREV e é optativo, porém ele fundamenta as decisões de aplicações, encerrando assim sua participação na reunião. Monike questiona quais são os próximos passos. João Pedro disse que irá fazer as cotações e verificar os valores que serão feitas as aplicações. Carlos Murad disse que há uma empresa que pede pra fazer uma apresentação na próxima reunião do Conselho para mostrar uma proposta de serviço que toda Compensação de 2013 para trás eles vão fazer a digitação de toda a documentação e tentar recuperar algum valor que tenha ficado para trás, sendo que a remuneração dessa empresa será de R$ 0,12 (doze centavos) para cada real recuperado, e se não recuperar nada o Instituto não paga nada, nem mesmo o serviço de digitalização realizada. Allen disse que viu algo assim no em uma reunião da ATM em Palmas; disse que não há um custo inicial ao IMPAR, e que é uma recuperação de crédito, eles chegam no Instituto fazem uma apuração documental e repasses que o Instituto já fez ao longo dos anos, e como em regra é difícil acompanhar isso, o *software* utilizado pela empresa, consegue mapear aquilo que foi "esquecido", e assim ele retoma e faz o requerimento de retorno (de pagamento). Gilson questiona se não precisaria de licitação, sendo Allen dizendo que isso pode ser feito por dispensa de licitação, mas disse que é importante escutar a proposta da empresa. Manoel Fabiano disse que a Compensação Previdenciária não tem prazo para ser revista. Allen disse que é necessário ter o conhecimento que quando se movimenta a Receita Federal para buscar algo, isso chama a atenção para o Instituto, então é necessário uma boa revisão daquilo que o Instituto tem de documento e tudo que foi repassado, observando se a casa está em ordem. Nada mais havendo a ser debatido encerrou-se a presente reunião às 11h00min. Eu, Monike da Silva Oliveira, lavre a ata a qual será assinada por todos os presentes.

Carlos Murad
Presidente do IMPAR

Monike da Silva Oliveira
Membro do Conselho e Secretária

Manoel Fabiano de O. Ricarte
Conselheiro Titular

Gilson Cutrin
Conselheiro Titular

Maria Aparecida da S. P. Pinho
Conselheira Titular

Allen Kardec Feitosa Oliveira
Conselheiro Titular

Osanan Moura dos Santos
Secretário Executivo Administrativo

João Pedro Miranda dos Reis
Secretário Executivo Financeiro